

MOBILIZAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS EM BRAGANEY-PR: A OLERICULTURA COMO POTENCIALIDADE PRODUTIVA¹

*Márcio Roberto Ghizzo
Janesca Alban Roman
Graziella Bragueto*

RESUMO

O modelo de produção agrícola brasileiro é um dos fatores que corroboram na exacerbada desigualdade social do país. No que tange ao estado do Paraná, os pequenos proprietários rurais têm enfrentado muitas dificuldades de se manterem na terra, principalmente no que diz respeito à geração de emprego e renda. Estas propriedades, por sua vez, são as grandes responsáveis pela produção de alimentos para a população nacional, dedicando-se, muitas vezes, ao cultivo de produtos que não possuem alto valor agregado no mercado urbano, como os hortifrutigranjeiros que possuem elevado grau de perecibilidade e expressivas perdas de produção. Neste contexto, este trabalho tem o objetivo de apresentar iniciativas de mobilização que vêm sendo implementadas junto aos olericultores de tomate do município de Braganey-PR, no sentido de minimizar as perdas das colheitas que variam de 30 a 50% da produção. Trata-se de um projeto desenvolvido com produtores daquele município em parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e a Prefeitura Municipal de Braganey. Baseado em potencialidades produtivas locais, o projeto vem realizando intervenção junto aos olericultores por meio de alternativas de produção de derivados de tomate, o que tende a gerar emprego e renda para a população beneficiada. Este tipo de atividade provoca transformações nas estruturas socioeconômicas locais, considerando que os produtores se organizam em associações e desenvolvem princípios de economia solidária. Acreditamos que estas iniciativas podem desacelerar a intensa mobilidade populacional que se verifica naquele município de pessoas que partem em busca de oportunidades em outras cidades.

Palavras-chaves: Mobilização. Agricultura familiar. Potencialidade produtiva. Braganey.

¹ Este trabalho foi parcialmente apresentado no IV Colóquio Internacional Cultura e Memória Social: Desenvolvimento Regional, realizado na Universidade do Oeste Paranaense, campus Toledo, em Outubro de 2009:

1. INTRODUÇÃO

No atual estágio do desenvolvimento do sistema capitalista, as desigualdades impostas pelas lutas de classes tem se mostrado exacerbadas. Contudo, no âmago daqueles que encontram as maiores dificuldades de sobrevivência, novas formas de luta têm se desenvolvido, levando este grupo a se organizar e buscar legitimação de inserção na economia de mercado. Referimo-nos, neste caso, à princípios de associativismo baseado na Economia Solidária.

No que se refere ao sistema agrícola brasileiro, importa considerar que este setor tem muito corroborado para a manutenção destas desigualdades em nossa sociedade. De uma forma geral, nosso modelo agrícola é um dos fatores que promovem esta exacerbada desigualdade social no país. Em aspectos tangentes ao estado do Paraná, cabe ressaltar que, em consequência da modernização conservadora da agricultura, os pequenos proprietários rurais têm, nas últimas décadas, enfrentado muitas dificuldades de permanência na terra, principalmente pela limitação que a agricultura familiar possui no que diz respeito à geração de emprego e renda quando inserida na economia de mercado onde predomina o agronegócio.

Entretanto, é imprescindível considerarmos que é nas pequenas propriedades onde se verifica de forma mais veemente a agricultura familiar: a grande responsável pelo suprimento de alimentos para a população nacional, dedicando-se, na maioria das vezes, ao cultivo de produtos e criação de animais que não possuem alto valor agregado formando o “cinturão verde” (ou *green belt*); ou seja, trata-se de um grupo de propriedades especializado em produtos hortifrutigranjeiros que sofre com o elevado grau de perecibilidade, resultando em expressivas perdas de produção.

Segundo a FAO/INCRA (2000), a agricultura familiar representa, no Brasil, 85,2% dos estabelecimentos rurais e ocupa 30,5% do total de área de cultivos, empregando 77% da mão-de-obra do campo. Somado a isto, na atualidade, este tipo de agricultura não mais sobrevive apenas da subsistência, mas comercializa seus produtos no mercado interno e externo, auferindo números consideráveis na balança nacional, somando aproximadamente 10% do PIB nacional.

No bojo do presente trabalho, queremos considerar que relevante característica da agricultura familiar é a geração de emprego e renda como função social. Esta característica deve se propagar, principalmente, por meio do desenvolvimento local e não necessariamente “no” local. Desta forma, incrementar o mercado de trabalho significa consequentemente fomentar a

economia local, onde a população trabalhadora deve despender a maioria de seus rendimentos. Se isto não acontecer, poderá ocorrer o segundo caso quando, por exemplo, uma empresa, altamente provida de racionalidade técnica, se instala numa localidade gerando poucos empregos e promovendo a remessa de lucros para outras espacialidades diferentes daquela de onde está instalada.

No que tange ao Estado do Paraná, esta realidade tem provocado uma intensa mobilidade populacional, pois, segundo o IPARDES (2000), aproximadamente 70% dos pequenos municípios do estado deverão apresentar taxa de crescimento demográfico negativa nos próximos anos devido, entre outros, à falta de oportunidades de emprego e renda que possuem, de modo que a população emigrante se dirige, principalmente, para os médios e grandes centros do país.

Para MICHELLON et al (2008, p.05), “uma das soluções apontadas para o desenvolvimento regional é o fortalecimento e a dinamização da agricultura familiar, pautada nos princípios de Economia Solidária...” Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas iniciativas que vêm sendo implementadas junto aos olericultores produtores de tomate do município de Braganey-Pr, no sentido de minimizar as perdas das colheitas que variam de 30 a 50% do total da produção, as quais podem equivaler de setecentas a novecentas toneladas por safra. Trata-se de um projeto desenvolvido com os produtores rurais daquele município em parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, campus Toledo, e a Prefeitura Municipal de Braganey, com financiamento da Fundação Araucária, que objetiva desenvolver formas de minimizar os impactos da mobilidade populacional evasiva, gerando emprego e renda por meio da mobilização dos produtores rurais através de políticas de desenvolvimento local autogerido.

No intuito de alcançarmos o objetivo proposto, nosso estudo parte, num primeiro momento, de um diagnóstico de potencialidades produtivas locais, seguido de referenciais teóricos acerca do desenvolvimento local e a auto-sustentabilidade urbana. Por fim, o estudo propõe algumas iniciativas de intervenção que vêm sendo desenvolvidas junto aos produtores rurais daquele município por meio de alternativas de produção de produtos derivados de tomate, tais como doces, vinagre e sorvete, o que tende a gerar emprego e renda para a população beneficiada. Somado a isto, vale ressaltar que, para que estas intervenções surtam efeito, também tem sido realizadas ações de mobilização da população, por meio de palestras e cursos, além da

conscientização da demanda por uma organização dos produtores rurais na forma de associação onde se deve praticar princípios de Economia Solidária.

Entendemos que este tipo de ação provoca transformações nas estruturas socioeconômicas dos lugares, ocasionando desenvolvimento local autogerido, considerando que a mobilização dos produtores promova sustentabilidade social por meio de uma transformação na vida das pessoas, constituindo um elo de compromisso social e econômico.

2. DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Embora o projeto mencionado neste trabalho não se vincule diretamente com a Economia Solidária, o mesmo possui similitudes no que condiz a seu desenvolvimento. Por isso, entendemos ser imprescindível uma breve contextualização deste modelo de organização que serve de embasamento para as intervenções realizadas.

De uma forma geral os estudos que contemplam desenvolvimento local são embasados também em princípios de sustentabilidade. Entretanto, importa considerar que, na atualidade, esta expressão ganhou relevância, bem como uma confusão de conceito demandando por adjetivações para melhor expor sua especificidade, não restringindo seu uso ao senso comum, mas dotando-o de cientificidade.

Além do aspecto ambiental, a sustentabilidade ganhou relevância na causa das relações humanas, enfatizando as questões sociais, espaciais e econômicas. Neste sentido, a pobreza e a limitação do desenvolvimento dos lugares têm ganhado espaço nas reflexões científicas. Assim, “a sustentabilidade social é uma ação vinculada ao princípio da melhora da qualidade de vida da população na sua totalidade.” (SANTOS; ROCHA, 2008)

Desta forma, a sustentabilidade deve proporcionar distribuição equitativa de oportunidades de desenvolvimento, comportando-se como um dos componentes essenciais para o desenvolvimento humano. Assim, o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um conceito político e amplo, avançando pelo debate do crescimento econômico.

Nesta conjuntura e considerando o atual momento de globalização econômica, percebe-se uma atenção especial em direção ao desenvolvimento local como estratégia de sustentabilidade

urbana, enfatizando-se a importância do local como espaço de desenvolvimento social, cultural e econômico, bem como valorizando o pertencimento territorial.

Sob esta questão, Milton Santos (2004) afirma que devemos colaborar na formação de uma sociedade em que todos participem coletivamente, tanto da produção como de seus resultados. Desta forma, defendemos que uma sociedade não pode ser utilizada apenas como fornecedora de força-de-trabalho, mas como empreendedora e autogeradora de suas próprias atividades. Ou seja, a sociedade não pode apenas contemplar os interesses do capitalismo enquanto sistema, mas àqueles comuns à organização em que se encontra inserida.

É no bojo deste processo de privação da população das condições essenciais de sobrevivência que o mundo do trabalho vem, desde o século passado, vivenciando uma intensa transformação estrutural. Legitimando a acumulação do sistema capitalista, o trabalho assumiu ao longo da história sinônimo de sofrimento e exploração alienante, pelo menos para uma significativa parcela da população proletária.

Neste sentido, as populações têm, no intuito de melhorar as condições de trabalho e renda, buscado formas alternativas de resistência e luta de classes. Referimo-nos aqui à organização da sociedade em trabalho coletivo, desenvolvida com maior estímulo e liberdade, visando uma reapropriação do processo produtivo por parte daqueles envolvidos na produção, baseada no associativismo. Nestas premissas, Paul Singer (1999) menciona que estes princípios de economia solidária surgem com o operariado logo na gênese do capitalismo industrial.

Para Michellon et al (2008), os trabalhadores buscam se organizar para recuperar a autonomia que antes lhes pertenciam. Assim, em tempos atuais, a Economia Solidária baseia-se na negação da separação entre trabalho e posse dos meios de produção, de modo que o capital da empresa deve pertencer aos que nela trabalham.

Defendemos a proposta de que a economia solidária é uma resistência ao estrangulamento financeiro e à desregulação da economia que veiculam desemprego e subemprego em massa. Assim, deve ser entendida como o conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas por trabalhadores coletivamente e por meio da autogestão.

Em aspectos concernentes a Geografia e ao desenvolvimento local – seja por meio da Economia Solidária ou não – está o fato de que, como uma das grandes conseqüências desta realidade socioeconômica percebemos a intensa evasão populacional de trabalhadores que migram

dos municípios periféricos para os médios e grandes centros urbanos motivados, principalmente, pela falta de emprego nas suas cidades e regiões rurais.

No caso brasileiro, as décadas de 1960 e 1970 vivenciaram uma desenfreada evasão populacional num intenso fluxo migratório do campo para cidade. Já no que diz respeito ao caso paranaense, este processo realizou-se nas décadas posteriores, a partir dos anos 70, desencadeado, principalmente, pela inserção do capitalismo no campo. Conseqüentemente, o pequeno produtor foi o que mais sofreu as conseqüências deste processo.

Como reflexo destas transformações na economia agrícola brasileira percebemos, ainda hoje, em muitas cidades localizadas no interior dos estados brasileiros, um grande número de trabalhadores subempregados e/ou desempregados que buscam uma nova alternativa nos maiores centros, realizando uma intensa mobilidade populacional.

Entretanto, na atualidade esta mobilidade de trabalhadores para as maiores cidades ocorre não devido a uma política de “industrialização do campo” como visto na década de 1970, “mas principalmente por falta de uma política econômica que proporcione a esse trabalhador uma perspectiva de obtenção de renda seja no campo ou na cidade...” (SANTOS; ROCHA, 2008 p. 07), um novo caminho que não direcione o trabalhador a migrar para um grande centro já saturado de indivíduos que buscam oportunidades.

Percebemos, claramente, que estes princípios de Economia Solidária baseiam-se numa proposta não-capitalista como solução para o desemprego, ou seja, uma forma de geração de renda baseado numa oportunidade real, de inserção na economia de mercado, criando oportunidades por meio do desenvolvimento local. “Essas ações em pequenas cidades podem gerar empregos, aumentar a renda e “frear” o processo de deslocamento populacional para os grandes centros, proporcionando melhoras na qualidade de vida da população” (SANTOS et al, 2008, p. 08).

Diante do exposto, vale ressaltar que a coletividade e o associativismo são peças fundamentais neste tipo de organização, promovendo o desenvolvimento local e/ou regional por meio de potencialidades produtivas que favoreçam estas premissas.

3. VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E POTENCIALIDADE PRODUTIVA EM BRAGANEY-PR.

O município de Braganey está localizado na mesorregião Oeste paranaense, integrante da microrregião de Cascavel (Figura 01). Trata-se de um município relativamente novo, cuja emancipação política aconteceu em 1982 e a instalação no ano seguinte. Porém, a colonização deste lugar iniciou-se por volta dos anos 1950, principalmente por colonos advindos de Santa Catarina, os quais, já naquele momento, pretendiam desenvolver práticas agrícolas na região devido às condições físico-geográficas, como a fertilidade do solo intemperizado das rochas basálticas e o clima subtropical úmido mesotérmico, marcado por verões quentes e tendência de altos índices pluviométricos, somado a invernos com geadas pouco frequentes, embora com baixas temperaturas (média inferior a 18° C), sem estação seca definida.

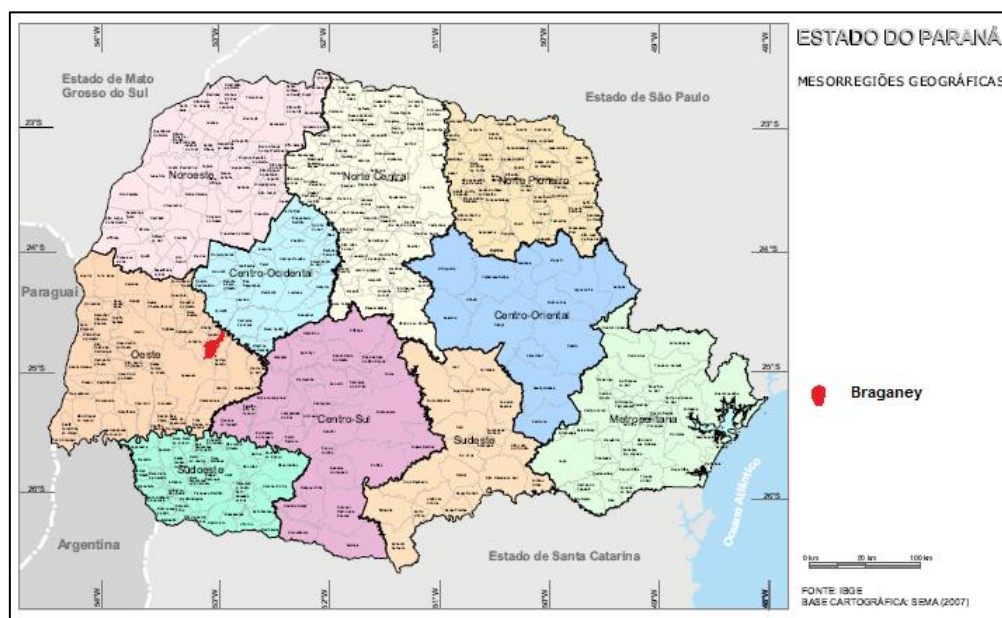


Figura 01 – Localização do Município de Braganey na mesorregião Oeste do Paraná (2009)
Fonte: IBGE, 2009

No início a prática cafeeira foi o cultivo predominante daquelas terras no intuito de auferir lucro. Paralelamente era cultivado milho, trigo e feijão entre outros produtos, que garantiam a subsistência daquelas famílias (IBGE, 2009).

Contudo, ao longo do desenvolvimento destes cultivos da terra, mais precisamente na década de 1970, o Paraná como um todo e, neste contexto também a região de Braganey, vivenciou o processo da modernização conservadora da agricultura. Esta, por sua vez, trouxe

significativas transformações nas estruturas de produção, desde a inserção de técnicas e tecnologias nas relações de trabalho e de produção, até alterações na pauta de produtos e na estrutura fundiária.

Mediante estas alterações, pequenos produtores que conseguiram sobreviver têm, na atualidade, sofrido dificuldades de se manterem na terra devido ao baixo custo de valor agregado em suas produções e a dificuldade de geração de renda. Isto significa um entrave para se manterem em suas propriedades, ocasionando uma relativa mobilidade populacional para as maiores cidades. A Figura 02 demonstra como Braganey se encontra numa situação delicada, com crescimento negativo de sua população absoluta. Tal quadro revela a condição da demanda por fontes de geração de emprego e renda naquele município no intuito de minimizar este fato, procurando fixar o homem naquele espaço. Segundo o IBGE o município possuía, no ano de 2007, um total de 6044 habitantes, sendo que a maioria (55%) habitava o espaço rural.

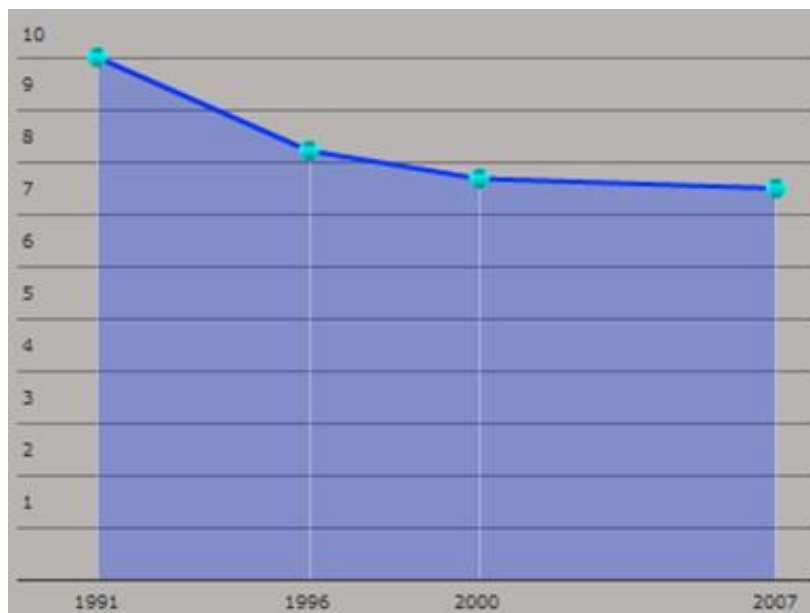


Figura 02: Evolução da população de Braganey – PR (1991-2007)
Fonte: IBGE, 2009

Segundo o IPARDES (2005), Braganey integra o grupo dos municípios com médio-baixo grau de desenvolvimento econômico. De uma forma geral

são municípios agrícolas e pobres, cuja receita municipal *per capita* tem seu valor mínimo de R\$ 284,90; apresentam taxas negativas de crescimento da população total, baixa densidade demográfica, a agricultura familiar é representativa e alcança cerca de 41,54% dos ocupados na agricultura (IPARDES, 2005, p. 18).

Segundo o censo agropecuário 1995/1996, 87% dos estabelecimentos agropecuários de Braganey eram administrados pelos próprios proprietários, com o predomínio de médias e grandes propriedades, mas com significativa representatividade das de pequeno porte, sendo que 13% dos estabelecimentos estão entre aqueles com menos de dez hectares. No que concerne ao uso potencial do solo, 35% é considerado bom, 35% regular e 30% impróprio para lavouras.

Atualmente Braganey possui 791 estabelecimentos agropecuários, num total de 31.064 hectares. Destes estabelecimentos, 79 exercem agricultura de culturas permanentes e 655 culturas temporárias. Quanto a área plantada, são 422 e 14.744 hectares, respectivamente. Além destas práticas, também há pastagens naturais (364 estabelecimentos e 8262 hectares) e matas e florestas (438 estabelecimentos e 4575 hectares). Vale ressaltar que estas formas de uso do solo são desenvolvidas simultaneamente em mais de um estabelecimento. (IBGE, 2009)

Percebemos que Braganey tem, no que tange à estrutura fundiária dos estabelecimentos agropecuários, um predomínio de médios e grandes proprietários, mas com hegemonia de culturas temporárias, seguida pelas pastagens naturais. “Braganey caracteriza-se mais pelos médios e grandes produtores, notando-se que as lavouras temporárias dividem espaço com as pastagens plantadas” (IPARDES, 2005).

Importa considerar que há, entre as práticas agrícolas de Braganey, um total de 2166 trabalhadores envolvidos na produção. Destes, 85% (1836) representam mão-de-obra familiar e apenas 15% (330) são trabalhadores assalariados. (IPARDES, 2009)

O setor agrícola possui uma significativa representatividade para a economia local, auferindo 48% do PIB municipal, sendo superado apenas pelo setor terciário (50%). Neste contexto, é mister mencionarmos que dentre os produtos cultivados, os que merecem destaque são a soja, o milho e o tomate.

A prática da olericultura no município de Braganey é relativamente intensa, da qual queremos, neste trabalho, destacar a produção de tomate que alcançou no ano de 2007 um total

de 4.635 toneladas e uma renda bruta de R\$ 4.635.000,00, numa área de 93 hectares e rendimento médio de 49.838 quilos por hectare, sendo superada em fonte de renda agrícola para o município apenas pela soja, pelo milho e pelo trigo (IPARDES, 2009).

Porém, este tipo de cultivo apresenta alto grau de perecibilidade, sendo que, por safra, as perdas do município podem chegar a novecentas toneladas, representando uma percentagem entre 30 a 50% do total produzido. É neste sentido que, em 2008, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, em parceria com a Prefeitura municipal de Braganey e financiamento da Fundação Araucária, lançaram o projeto intitulado “Valorização da agricultura familiar por meio de alternativas para diminuir desperdícios e aumentar a produtividade dos produtores de tomates da cidade de Braganey-Pr.”, no intuito de melhorar a renda dos produtores.

4. ALTERNATIVAS PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM BRAGANEY

O interesse pelo município de Braganey e os olericultores produtores de tomate nasceu da inquietação em ver um município periférico em situação de crescimento negativo da população absoluta, somado ao alto índice de pessoas e famílias em situação de pobreza: 3.418 e 858, respectivamente, alcançando o surpreendente índice de mais de 50% da população total (IPARDES 2000, *apud* IPARDES 2009).

No que tange a este produto, Braganey reúne aproximadamente trinta produtores em propriedades que possuem uma área de dois três a dez hectares, sendo que a produção chega a 4.400 caixas/ha (25 kg/cx) por safra. Porém, como ressaltamos anteriormente, há uma perda significativa deste total de produção.

É neste sentido que o projeto veiculado pelos órgãos supra mencionados intenta auxiliar os olericultores de tomate por meio de alternativas de produtos a serem desenvolvidos utilizando tecnologias associadas ao conhecimento científico da área de alimentos. Em outras palavras, trata-se do desenvolvimento e processamento de novos produtos derivados do tomate, privilegiando a matéria-prima que normalmente é descartada, ou seja, se inserem na porcentagem das perdas das safras.

Durante o desenvolvimento deste projeto, é plausível considerar que foram realizadas várias atividades com os olericultores de tomates de Braganey (embora o projeto ainda esteja em

andamento – Jan/2009 a Abr/2010). São intervenções que se realizam no intuito de minimizar as conseqüências das perdas e procurar meios de aumentar a renda e a geração de empregos, contribuindo para uma melhor qualidade de vida da população do município colaborando, assim, para diminuir a mobilidade emigratória e o conseqüente índice de crescimento negativo da população daquele município.

Entendemos que, em médio prazo, estas iniciativas poderão refletir numa contribuição para o desenvolvimento social e econômico de Braganey por meio de políticas econômicas que, embora não se relacionem diretamente com a Economia Solidária, possuem similitudes com este modelo de organização e prática econômica, promovendo o desenvolvimento sustentável pelas esferas ambiental, social e econômica.

Desta forma, a intervenção no modelo produtivo dos olericultores de Braganey iniciou-se por meio de uma tentativa de conscientização junto aos produtores. Em reuniões periódicas, os produtores de tomate do município foram convidados a participar do projeto juntamente com profissionais e bolsistas, somados a servidores municipais daquele município. É mister mencionar que o índice de participação das reuniões mensais se aproxima dos 100% de adesão, onde os agricultores e familiares (esposas e filhos) participam e recebem novas instruções de valorização do trabalho na terra, bem como recebem formação por meio de palestras e treinamento em aspectos condizentes, por exemplo, a conceitos básicos de higiene e manipulação de alimentos, bem como de conscientização da importância da mobilização dos produtores para auferirem melhores condições de trabalho e comercialização.

Durante estas reuniões, constatou-se que 53% dos agricultores possuem entre 41 e 50 anos de idade e ensino fundamental incompleto. Além disso, uma pesquisa revelou que 42% anseiam por melhor assistência técnica, 31% por cursos voltados ao manejo adequado, seguido por 16% que deseja formação na área de cultivo e apenas 5% para a formação de uma associação, enquanto outros não souberam opinar. Isto vem reforçar a demanda por uma mobilização que permeie, além das técnicas de produção, a conscientização da necessidade e vantagens de uma associação de produtores, o que poderia indicar uma melhor condição de compra de mercadorias e venda do produto final.

Diante do quadro que foi construído por meio destas informações, os profissionais envolvidos neste projeto iniciaram as atividades junto aos produtores e suas famílias. Para tanto,

num primeiro momento realizou-se, além da entrevista com os olericultores, uma pesquisa de mercado junto a consumidores, no intuito de auferirem informações acerca das principais formas de consumo do tomate, bem como do conhecimento de outras alternativas e possibilidades de consumo. No trabalho desenvolvido por Butzke et al (2009), constatou-se que 73% da população consomem o produto *in natura*, 19% na forma de molho e apenas 1% em extrato. Por outro lado, verificou-se também que os consumidores vêm com bons olhos a possibilidade de adquirirem produtos como vinagre, doce e bala de tomate, numa respectiva ordem por preferência.

De posse destas informações, os envolvidos no projeto passaram a desenvolver ações de intervenção junto às famílias dos olericultores. Num primeiro momento, foram elaborados nas instalações da UTFPR (laboratórios e cozinha experimental), sob a supervisão de professores e técnicos e com o auxílio de alunos e estagiários, os primeiros experimentos da produção de compota de tomate com coco, geléia de tomate com cravo e canela e balas de tomate (Figura 04). Nestes experimentos foi realizada uma série de análises, tais como físico-químicas e estatísticas, além da degustação por pessoas aleatórias e sem vínculo com o projeto (testes sensoriais). Quando estes experimentos alcançaram o índice de aprovação na ordem de 70%, estes novos produtos passaram a ser pauta de formação e cursos junto às famílias dos produtores de tomate de Braganey, principalmente as esposas e filhas dos produtores. (Figura 03)



Figura 03 – Esposas e filhas de olericultores em formação e treinamento na cozinha experimental da UTFPR (2009)



Figura 04 – Compota e bala de tomate: produtos alternativos desenvolvidos na cozinha experimental da UTFPR (2009)

Importa considerar que, embora com um grau de exigência um pouco maior no que condiz aos testes e desenvolvimento de produtos, também foi desenvolvido nos laboratórios da UTFPR o vinagre à base de tomate, o sorvete de tomate e a “tomatada cascão”. Estes produtos, embora ainda não estejam sendo desenvolvidos junto aos produtores de Braganey, é uma possibilidade de geração de emprego e renda, porém demandando por investimentos de maior volume.

Motivados pelos primeiros resultados deste projeto, os olericultores de Braganey passaram a reivindicar melhores condições de trabalho e, com o apoio da UTFPR e da prefeitura municipal, se organizaram e formaram no mês de Junho (2009) a Associação dos Tomateiros de Braganey - ASTOB. Para o funcionamento da associação e a continuação e desenvolvimento do projeto, a prefeitura municipal disponibilizou antigas instalações de uma escola municipal para que as ações se concretizem.

Somado a isto, a planta piloto do espaço de processamento de derivados de tomate está sendo discutida com uma equipe multidisciplinar, contemplando profissionais de engenharia civil e arquitetura e de alimentos (nutricionista e tecnólogo em alimentos) que, em conjunto com a Emater e com a Vigilância Sanitária do município, buscam adequar as instalações do local. Para a aquisição de equipamentos, a Fundação Araucária destinou um montante de R\$ 21.000,00 que estão em processo licitatório, conforme prerrogativas do projeto inicial.

No bojo destas ações desenvolvidas junto aos olericultores e suas famílias, nota-se, portanto, uma relativa divisão social do trabalho, onde os homens são os maiores responsáveis

pela produção do cultivar de tomate e pela organização e planos de desenvolvimento da associação; enquanto as mulheres são incumbidas da produção alternativa de alimentos à base de tomate como os supracitados, a saber, compota, geléia e balas, além dos possíveis vinagre e sorvete.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO

É mister perceber que a agricultura familiar paranaense, e de forma peculiar aquela formada pelos olericultores de Braganey, demanda por políticas de inovação e incentivo de produção de culturas temporárias. Que pese neste momento considerar o valor social e econômico deste tipo de propriedade, responsável pela alimentação das pessoas e pela geração da maioria dos empregos rurais do país.

O cultivo do tomate requer cuidados especiais devido à alta porcentagem de perda de suas produções, que pode chegar, conforme a sazonalidade, ao índice de 50%. Desta forma, desenvolver técnicas e possibilidades de geração de emprego e renda à estes produtores pode garantir melhores condições de sobrevivência à suas famílias, bem como reforçar seus laços com a terra. Somado a isto, estas ações tendem a contribuir para a sustentabilidade dos municípios que dependem destas práticas agrícolas, sinalizando para melhores condições de trabalho e comercialização de suas produções.

É neste sentido que o presente projeto apresenta algumas alternativas de desenvolvimento local que possuem similitudes com políticas da economia solidária. Assim, o incentivo à produção segundo as potencialidades produtivas locais, somado a capacitação das pessoas envolvidas no processo podem ser determinantes para o sucesso do empreendimento. Além disso, a conscientização social da importância das ações serem desenvolvidas na forma de associação aumenta a possibilidade desta intervenção ser marcada pelo sucesso e conseqüente alcance dos objetivos pré-estabelecidos.

Por fim, é nítido que os resultados são ainda parciais e demandam por novas e intensas ações voltadas, entre outros, à conscientização de cidadania e pertencimento territorial, além da necessidade de ampliar o conhecimento sobre noções de mercado e cooperativismo. Somado a isto, é relevante a necessidade de constante formação destes trabalhadores no que condiz à técnica de manipulação e industrialização dos produtos derivados de tomate. Porém, o desafio

consiste na tentativa de reverter o quadro instaurado no município de Braganey e que se faz realidade em muitos outros municípios periféricos com as mesmas características por meio de iniciativas que não se esgotam nas aqui mencionadas. Ao contrário, o intuito é instigar novos projetos que visem otimizar a produção de produtos e derivados segundo potencialidades produtivas locais, colaborando para o desenvolvimento local, principalmente dos municípios periféricos, auferindo condições de sustentabilidade urbana.

REFERÊNCIAS

BUTZKE, A. S; MARIN, P; FURIATTI, S; ROMAN, J. A. Verificação dos hábitos de consumo de tomate *in natura* e industrializado em três municípios da região oeste do Paraná. In: **Aprendizes artífices do século XXI**. Toledo: UTFPR, 2009 (prelo);

FAO/Incrá. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/proyecto/brazil/censo.pdf> > Acesso em 08/02/07.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE_Cidades. Disponível em www.ibge.gov.br/cidadesat/painel. Acesso em Setembro de 2009;

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Desenvolvimento local e estratégias familiares em Vilas Rurais: resultados da etapa de prospecção**. Curitiba: Iparades, 2005.

IPARDES – Instituto paranaense de desenvolvimento econômico e social. Disponível em www.ipardes.gov.br/perfil_municipal. Acesso em Setembro de 2009;

MICHELLON, E; COSTA, T. R. da; STRÖHER, G. J; CAMACHO, L. R. de S; PEREIRA, P. E. S; **Propostas para o desenvolvimento sócio-econômico de agricultores familiares da região noroeste do estado do Paraná: o caso do Projeto Redifeira**. In: Anais do II Seminário do Núcleo Incubadora Unitrabalho – UEM “A economia solidária e o desenvolvimento sustentável regional e local: impasses e perspectivas. Maringá, PR : Núcleo Incubadora Unitrabalho - UEM, 2008;

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, V.T. A; ROCHA, M. M. **Empreendimentos econômicos solidários como alternativa de ação para o desenvolvimento das potencialidades produtivas locais: as artesãs do município de Guaporema**. In: Anais do II Seminário do Núcleo Incubadora Unitrabalho –

UEM “A economia solidaria e o desenvolvimento sustentável regional e local: impasses e perspectivas. Maringá, PR: Núcleo Incubadora Unitrabalho - UEM, 2008;

SANTOS, V. T. A; GHIZZO, M. R; ROCHA, M. M; VENTURA, D; PADOVANI, F. E. **Desenvolvimento local e auto-sustentabilidade urbana**: o caso da microrregião Consad-Entre Rios. In: Geingá – revista do departamento de Pós-Graduação em Geografia PGE/UEM. Nº01, vol.01. Maringá: Eduem, 2009;

SEDU – Secretaria de Estado e desenvolvimento urbano. Disponível em www.paranacidade.org.br/municipios. Acesso em Setembro de 2009;

SINGER, PAUL. **Globalização e Desemprego**: Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, ed. 3, 1999.